



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA.

Às 18h30min do dia 7/3/17, no Plenário Helvécio Arantes, sob a presidência do vereador Dr. Nilton e com a presença do vereador Fernando Borja, deixou de reunir-se, em caráter extraordinário, a Comissão de Administração Pública da Câmara Municipal de Belo Horizonte - CMBH. Mesmo não havendo quórum, o presidente declarou abertos os trabalhos para a realização da Audiência Pública com a finalidade de “discutir a homologação da seleção pública nº 04/2014 dos Agentes de Combate de Endemias - ACE's - e Convocação de ACE's e ACS's aprovados nesta mesma seleção”. Registre-se que essa audiência é originária do Requerimento de Comissão nº 42/17, de autoria do vereador Dr. Nilton. O presidente ressaltou a importância dos agentes comunitários de saúde - ACSs - e dos agentes de combate a endemias - ACEs - para os trabalhos realizados na área de Saúde no Município. Agradeceu a presença de representantes da Prefeitura de Belo Horizonte - PBH - nesta audiência. Comentou que há deliberação da comissão para convocar secretário municipal para audiência pública, em caso de ausência recorrente, e para instaurar processo administrativo em relação a esse secretário, caso ele não atenda à convocação. Passaram a compor a mesa: 1) o assessor Marcelo Azalim, da Secretaria Municipal de Saúde - SMS; 2) o assessor Hilton Brant, da SMS; 3) a gerente Helem dos Santos Delfim, da Secretaria Municipal Adjunta de Recursos Humanos; 4) o gerente Almiro Melgaço Costa Silva, da Secretaria Municipal Adjunta de Recursos Humanos. Registre-se que Marcelo Azalim e Hilton Brant representavam também o vice-prefeito e secretário municipal de Governo, Paulo Lamac; vice-prefeito e secretário de Governo; registre-se que Almiro Melgaço e Helem dos Santos representavam também o



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

secretário municipal de Planejamento, Orçamento e Informações, André Abreu Reis. O presidente passou a palavra ao vereador Fernando Borja, que ressaltou a importância da área de Saúde para os municípios e a expectativa de atuar para a melhoria dos serviços de Saúde no Município. Saliou a relevância da união de esforços para a busca de soluções para problemas observados nessa área, inclusive em relação aos problemas que seriam apresentados na audiência pública. O vereador Dr. Nilton informou que o edital de seleção pública de ACSs e de ACEs foi publicado em maio de 2014, tendo sido a seleção pública homologada em janeiro de 2016. Comentou que o edital previa 246 vagas para ACSs e 345 vagas para ACEs. Ressaltou a necessidade de admissão de ACEs para o controle de endemias e a prevenção de epidemias. Passaram a compor a mesa: 5) o conselheiro municipal de Saúde, Bruno Pedralva; 6) Lucimar Rodrigues Fonseca, representando o Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Belo Horizonte - Sindibel. O presidente passou a palavra ao público. Nilo Sérgio Pacheco Paes informou que atua como ACE em centro de saúde localizado no Bairro Pindorama e conclamou os concursados presentes a lutar por melhorias para essa categoria. Enfatizou a importância dos trabalhos realizados pelos ACSs no Programa de Saúde da Família - PSF - e dos ACEs na área de Zoonoses. Defendeu a valorização desses profissionais e noticiou que eles estão com o piso salarial defasado há três anos. Lucimar Rodrigues considerou urgente homologar a seleção pública de agentes de combate a endemias e nomear novos agentes comunitários de saúde. Alertou que estes últimos têm sofrido sobrecarga de serviços. Ressaltou os esforços do Sindibel para que ocorra a nomeação dos ACSs e afirmou haver promessa do secretário municipal de Saúde, Jackson Machado Pinto, de homologação da mencionada seleção pública até o final deste mês. Ressaltou a importância da luta por melhores condições de trabalho para os referidos profissionais. Retornada a palavra para o público, Heliomar Carvalho Rodrigues informou que foi candidato



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

aprovado na última seleção pública de ACEs. Perguntou aos representantes da PBH quantos são, nos quadros atuais do Município, os ACEs admitidos por seleção pública e quantos são os admitidos por meio e contratos. Reclamou da dificuldade de obter essa informação de órgãos do Município. Disse acreditar que o quadro de ACSs encontra-se defasado e que ACEs contratados têm ocupado vagas destinadas a aprovados em seleção pública. Disse ter conhecimento de que, em regionais administrativas da PBH, têm sido contratados agentes de combate a endemias em vez de serem nomeados os aprovados em seleção pública. Zilá Cardoso informou ser ACE aprovada na última seleção pública. Afirmou ter conhecimento de interdição no Parque das Mangabeiras e disse que, como cidadã, considera inadmissível essa medida, tendo em vista que há disponibilidade de vários profissionais para atuar no combate à causa dessa interdição. Pediu aos representantes da PBH que essa observação seja encaminhada ao prefeito de Belo Horizonte, Alexandre Kalil, com vistas a providências urgentes para a solução do caso. Alertou os presentes para o crescimento dos índices de dengue no Município. Nayara Cristina da Silva Torres pediu esclarecimentos para a não homologação da última seleção pública de ACEs, tendo em vista a promessa do secretário municipal Jackson Machado de que essa medida ocorreria até março deste ano. Considerou inadmissível tanto a realização de seleção pública quanto a contratação de funcionários para ocupar as vagas ofertadas. Declarou discordar da alegação de falta de recursos para a admissão dos aprovados por perceber que vereadores e o prefeito tiveram reajuste salarial. Aguaciara Silva de Jesus informou ser agente de combate a endemias que atua por contrato há mais de sete anos. Disse ter sido aprovada na última seleção pública para o mesmo cargo. Avaliou que os direitos trabalhistas de servidores contratados não se equiparam aos de aprovados em concurso público, embora, a seu ver, eles realizem funções idênticas. Pediu urgência na homologação da última seleção pública para ACEs e advertiu que há sobrecarga



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

para os atuais ocupantes desse cargo por meio de contratos. Ressaltou que foi promessa de campanha do prefeito Alexandre Kalil dar prioridade a questões relativas à área de Saúde. Rosália de Oliveira Camargo disse ter sido também aprovada na última seleção pública de ACEs e pediu urgência na nomeação dos aprovados. O vereador Juliano Lopes passou a participar dos trabalhos e a usar a palavra. Chamou a atenção para a dedicação do vereador Dr. Nilton a questões atinentes à área de Saúde. Ressaltou sua preocupação com a ocorrência de casos de dengue no Município, especialmente na Região do Barreiro, e declarou seu apoio as participantes desta audiência para a busca de solução para os problemas aqui abordados. Passou também a compor a mesa: 7) Charles Dominique Mangim, representando os ACEs e ACSs, concursados da última seleção pública. Ele reportou-se à Lei Federal nº 8.475/93 para afirmar que há previsão legal de contratação de ACE e ACS por tempo determinado, em situação de urgência, por contrato improrrogável; e referiu-se à Lei nº 6.833/95, do Município de Belo Horizonte, para alertar que nela consta ser prorrogável a contratação desses agentes. Considerou ser perceptível a inobservância de dispositivos da mencionada lei federal pela PBH e, conseqüentemente, os prejuízos para os agentes aprovados em seleção pública. Detalhou ainda que a referida lei federal prevê a exigência de provas para a contratação desses agentes e afirmou os contratados pelo Município não têm realizado provas para que sejam admitidos. Acrescentou que, segundo a lei federal mencionada, os concursados devem ter prioridade para a ocupação de vagas a serem preenchidas por meio de contrato temporário de trabalho. O conselheiro municipal Bruno Pedralva ressaltou a importância dos ACSs para o Programa de Saúde da Família no País. Comentou que, desde a gestão anterior da PBH, havia cobrança, por parte do Conselho Municipal de Saúde, para que ocorresse a homologação da última seleção pública de ACEs e para a convocação de ACEs e de ACSs aprovados. Comentou que essa postura prevalece em relação à atual gestão; e lembrou que o secretário



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Jackson Machado declarou que essa homologação e a convocação ocorreriam em breve. Observou ter havido redução do número de visitas domiciliares realizadas pelos ACSs, pelo fato de muitos deles atuarem em funções burocráticas. Afirmou que o número de sorologias de cães também tem decaído significativamente. Reclamou de não ocorrer o pagamento do piso salarial oficial dos ACEs pelo governo municipal e da ausência de progressão na carreira de servidores efetivos, na última gestão da PBH. Manifestou a expectativa de que, na gestão atual, possam ocorrer melhorias para os servidores, inclusive para os ACEs e ACSs; e disse estar ciente das dificuldades financeiras da PBH. Lucimar Rodrigues acrescentou que a diminuição do número de visitas domiciliares dos ACSs ocorreu em razão de esses realizarem, atualmente, serviços de lançamento de dados e de portaria, além de outras funções. Afirmou que o Sindibel tem acompanhado essa situação e manifestou a expectativa de que o prefeito Alexandre Kalil promova mudanças necessárias para sua solução. O vereador Juliano Lopes encerrou sua participação na audiência. Marcelo Azalim informou que o secretário Jackson Machado não compareceu à audiência pública por estar participando de um congresso internacional anteriormente agendado. Comentou ter realizado visita a todas as unidades de saúde, por recomendação do secretário Jackson Machado. Ressaltou a intenção da SMS de promover melhorias para a saúde da mulher, de realizar levantamentos sobre a quantidade de profissionais existentes no PSF e de verificar expectativas de resultados na área de Saúde do Município. Afirmou que a SMS encaminhou à Superintendência de Desenvolvimento da Capital - Sudecap - demandas relativas a postos de saúde. Afirmou que há proposta dessa secretaria de atuação conjunta com o Conselho Municipal de Saúde, com o objetivo de verificar as demandas existentes nessa área. Avaliou ser notória a necessidade de ACEs e ACSs na área de Saúde. Observou que há escassez de recursos na PBH e afirmou que há dívida da Secretaria de Estado de Saúde para com o Município. Informou que a



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

homologação da última seleção pública de ACEs e a nomeação de ACEs e ACSs depende da existência de recursos. Hilton Brant declarou conhecer a realidade dos ACEs e ACSs e afirmou que tem atuado para a solução do caso apresentado na audiência. Ressaltou sua disposição de atuar também em parceria com o Conselho Municipal de Saúde. Alamiro Melgaço comentou que houve agravamento da situação das contas públicas em 2015 e 2016, em razão da crise econômica que afetou o País, o que, segundo ele, gerou prejuízos para os servidores. Afirmou que a PBH é uma das poucas prefeituras que têm conseguido manter a regularidade do pagamento de salários dos servidores. Comentou que o governo municipal encontra dificuldades financeiras para a nomeação de ACEs e ACSs, em razão de déficit no repasse de recursos do governo federal para ao Município. Acrescentou que esse déficit gera prejuízos para os agentes atuais e os futuros. Informou que a despesa de pessoal é a maior do Município. Noticiou que, na gestão atual da PBH, está em andamento uma análise das despesas de pessoal, para que, neste mês ou no início do mês de abril, seja possível definir parâmetros para custeio da folha de pagamentos de 2017 e a possibilidade de atender reivindicações salariais dos servidores. Salientou a expectativa de que, nesse contexto, as demandas dos ACEs e os ACSs possam ser atendidas. Helem dos Santos disse entender que a não homologação da seleção pública de ACEs favorece, de certa forma, os candidatos aprovados, pois o prazo de validade dessa seleção pública, segundo considerou, passa a ser contado somente após a homologação. Informou haver, no quadro atual, 1.216 ACEs admitidos por meio de seleções públicas. Reafirmou o compromisso do secretário Jackson Machado de homologação da seleção pública para ACEs, mas observou que essa homologação pode ocorrer somente após ser resolvida pendência da realização de testes físicos de candidatas gestantes. Informou que essas candidatas têm direito - garantido por lei - de prorrogação de prazo para a realização desses testes. Noticiou que elas foram convocadas,



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

recentemente, para realizar os testes. Acrescentou que a referida homologação pode ocorrer neste mês, mas, se as candidatas não forem aprovadas e apresentarem recursos, será necessário aguardar os prazos necessários para resolvê-los. Disse acreditar que a homologação ocorrerá até o final de abril, mesmo que ocorram os possíveis recursos. O vereador Dr. Nilton perguntou se há risco de impedimento, por parte da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Informações - SMPL, por razões financeiras, de ser cumprida a promessa feita pelo secretário Jackson Machado - de homologação da última seleção pública para ACEs. Almiro Melgaço observou que avaliação em andamento sobre a situação da folha de pagamentos inclui também a seleção pública em questão. Disse entender que a decisão do secretário Jackson Machado está em harmonia com os estudos da SMPL. O vereador Dr. Nilton pediu o máximo de transparência, por parte do governo municipal, em relação à existência de recursos para a convocação de ACEs e de ACSs; e clareza na relação com os interessados nessa convocação. Disse acreditar que, neste mês, haverá alguma providência para que essa convocação ocorra. Bruno Pedralva disse ter conhecimento de que o cumprimento do compromisso do secretário municipal de Saúde, Jackson Machado - de atender à demanda relativa à homologação da seleção pública de ACEs e à admissão de ACEs e ACSs - depende de negociação com a SMPL. Noticiou que, na atual gestão do governo municipal, a SMS terá autonomia de gerir os recursos do Fundo Municipal de Saúde. Informou que esse fundo recebe recursos do Município e de outras esferas de governo, mas o pagamento dos salários dos ACEs e dos ACSs é custeado com recursos exclusivos da PBH, e não desse fundo. O vereador Fernando Borja disse ter conhecimento de hospitais, no Município, que enfrentam dificuldades financeiras, inclusive para o pagamento de salários, e aguardam o recebimento de recursos oriundos de repasses da PBH. Considerou relevante resolver situações como a mencionada. Perguntou qual é o prazo para a conclusão do estudo



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

sobre a situação financeira da PBH informado por Almiro Melgaço. Este detalhou que o estudo sobre despesas deve ser concluído no final deste mês; e que a análise atinente a novas despesas, até abril. Lucimar Rodrigues observou que recursos para pagamento dos salários dos ACEs e dos ACSs provêm de repasses do governo federal para o Município. Disse perceber que esses repasses têm ocorrido normalmente. Perguntou se a análise de despesas pela SMPL será focada no montante total de recursos oriundos de repasses ou direcionada para cada caso específico. Almiro Melgaço informou que a análise será por caso específico. O vereador Dr. Nilton observou que, até o momento, os recursos oriundos do governo federal para despesas relativas a ACEs e ACSs não é suficiente e, por isso, considera relevante demonstrar a necessidade da atuação desses agentes na área de Saúde. O vereador Dr. Nilton explicou que o Ministério da Saúde - MS - repassa aos municípios os recursos para pagamentos dos salários dos ACSs cadastrados pelas prefeituras, nos limites dos parâmetros adotados por esse órgão e com base na quantidade de munícipes a serem atendidos. Esclareceu que o governo federal não fornece recurso para eventuais ACSs excedentes. Afirmou que, sendo encaminhado à União, pelo governo municipal, o cadastro dos ACSs nesse limite quantitativo, os recursos são imediatamente fornecidos pelo governo federal. Quanto ao ACE, informou que esse parâmetro baseia-se na quantidade de domicílios existentes. Comentou que muitos foram admitidos pelo Município em razão de epidemias e, sendo assim, a quantidade de ACEs, nos quadros atuais, pode ter atingido o limite que é custeado por repasses do governo federal. Lucimar Rodrigues avaliou que, se há previsão de repasses de recursos destinados a despesas com ACSs, estes deveriam receber salários regularmente. Afirmou que esses profissionais recebem salários inferiores ao piso previsto em lei e considerou não haver justificativa para que essa situação prevaleça. O vereador Dr. Nilton sugeriu a formação de grupo de trabalho para realizar negociações com o governo



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

municipal sobre o assunto objeto desta audiência pública. Retornada a palavra para o público, Zilá Cardoso considerou injusto o fato de não haver respostas, nesta audiência, para as demandas apresentadas; e de o secretário municipal de Saúde estar em viagem e enviar para a audiência representantes que, segundo ela, não tinham conhecimento das promessas que ele fizera. Disse perceber que a demanda apresentada na audiência continua pendente. Advertiu que os índices de ocorrência de hanseníase têm crescido no Município. Avaliou ser desanimadora a postura apresentada pelos representantes da PBH na audiência. O vereador Dr. Nilton enfatizou a importância da presença de secretário municipal nas audiências públicas, por ele ter poder de decisão. Avaliou que os representantes do governo municipal presentes têm empenhado esforços, de acordo com os limites de sua atuação, para resolver os problemas que lhes são apresentados. Sugeriu aos presentes que acreditem nos propósitos da atual gestão da PBH. Afirmou que, caso o compromisso declarado pelo secretário Jackson Machado - de homologação do concurso de ACEs - não seja cumprido até o final deste mês, os interessados cobrarão dele uma resposta. Passou a palavra aos convidados, para suas considerações finais. Lucimar Rodrigues ressaltou o empenho do Sindibel para a busca de solução para os problemas apresentados na audiência e a intenção desse sindicato de atuar juntamente com o governo municipal, para que haja avanços na atual gestão. Considerou importante a presença, nesta audiência, dos representantes da PBH; e avaliou que eles estão abertos ao diálogo. Charles Diniz declarou-se decepcionado com os resultados da audiência por perceber descrédito na SMS e desinformação por parte da SMPL. Afirmou que a não conclusão de exames para o preenchimento de vagas por candidatas gestantes ao cargo de ACE não impede a nomeação dos aprovados na respectiva seleção pública. Acrescentou que, conforme previsão legal, casos pendentes, como o mencionado por Helem dos Santos, podem ser resolvidos à parte, sem atrasar a nomeação dos aprovados. Bruno Pedralva salientou a



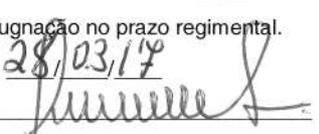
CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

relevância da participação de representantes da PBH na audiência. Observou que há uma quantidade significativa de ACEs e ACSs contratados que compõem os quadros atuais do Município. Afirmou que há promessa do secretário Jackson Machado de substituir esses contratados por servidores efetivos. Helem dos Santos observou que existe, atualmente, um número maior de gestantes no Município do que a quantidade atendida com base na previsão de repasses de recursos do governo federal. Colocou-se à disposição para outros esclarecimentos. Almiro Melgaço declarou sua disposição de dialogar com o Sindibel e afirmou que as decisões do governo municipal serão informadas às entidades sindicais. Marcelo Azalim reiterou que acredita no cumprimento de promessas por parte do secretário municipal Jackson Machado e avaliou que existem encaminhamentos políticos favoráveis à resolução dos problemas apresentados nesta reunião. O vereador Dr. Nilton afirmou que o secretário Jackson Machado será informado do teor das discussões e dos encaminhamentos desta audiência pública. O vereador Fernando Borja chamou a atenção para a existência de uma crise no País e avaliou que o governo municipal, na gestão atual, tem priorizado demandas da área de Saúde. Avaliou que não é prudente esperar que ocorra situação de calamidade para que sejam admitidos os novos ACEs e ACSs, tendo em vista a grande necessidade desses profissionais nos serviços de Saúde. O vereador Dr. Nilton salientou sua expectativa de inovações no Município, pelos trabalhos a serem realizados pelo prefeito Alexandre Kalil. Ressaltou seu compromisso de apoio aos ACEs e ACSs concursados até que eles sejam nomeados. Sugeriu aos presentes informar seis nomes para compor o grupo de trabalho para negociação com o Executivo sobre a situação desses agentes. Acrescentou que, caso não haja, até o final deste mês, providência para resolução das demandas desses profissionais, será agendada reunião desse grupo com o secretário municipal Jackson Machado, para pedir esclarecimentos. Nada mais havendo a ser tratado, declarou encerrados



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

os trabalhos às 20h21min. Para constar, lavrou-se esta ata, que será assinada pelo presidente da reunião em que for comunicada sua aprovação, conforme previsão regimental, ou pelo presidente desta reunião.

<p>ATA APROVADA</p> <p>(art. 71- §§ 1º e 2º - Regimento Interno)</p> <p>distribuída em avulso, no dia <u>21/03/17</u>, não</p> <p>foi apresentada impugnação no prazo regimental.</p> <p><u>28/03/17</u></p> <p></p> <p>_____ Presidente</p>
